

LABOR 2 SA

CNPJ: 52.907.970/0001-79

Demonstrações Financeiras Encerradas em 31/12/2024 (Valores em Reais)**Balanco Patrimonial**

	Consolidado			Consolidado	
	2023	2024		2023	2024
Ativo			Passivo e patrimônio líquido		
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	49.880	49.970	Tributos e contribuições	-	70.412
Bancos	-	1.256.723	Obrigações com pessoal	-	121.896
Contas a receber de clientes	-	295.025	Provisões	-	68.905
Total do ativo	49.880	1.601.718	Total do passivo	0	261.213
			Patrimônio líquido		
			Capital social	50.000	1.050.000
			Lucros acumulados	(20)	290.505
			Total do patrimônio líquido	49.980	1.340.505
Total do ativo	49.880	1.601.718	Total do passivo e patrimônio líquido	49.980	1.601.718

Diretor Presidente: Sonia Gonçalves

Contador: Paulo Souza Brito de Matos - CRC 1SP301481/O-7



LABOR 2 SA

CNPJ: 52.907.970/0001-79

Demonstrações Financeiras Encerradas em 31/12/2024 (Valores em Reais)

Demonstração do resultado

	2023	2024
Receita		
Prestação de Serviços	-	2.110.917,00
Venda de Produtos (refeições)	-	216.175
	-	-
	-	2.327.092
Dedução das Vendas	-	-
(-) Cofins	-	-69.605
(-) ICMS	-	-6.917
(-) Pis	-	-15.081
(-) ISS	-	-42.218
(=) LUCRO BRUTO	-	-133.821
	-	-
Despesas Operacionais	-	2.193.271
(-) Pessoal	-	-1.535.503
(-) Remuneração de Terceiros	-	-154.322
(-) Despesas com Expediente	-20	-3.402
(-) Despesas Administrativas	-	-2.040
(-) Taxas e Juros	-	-540
(-) Despesas com impostos	-	-5.034
(=) LUCRO BRUTO	-	492.429
	-	-
Receitas Financeiras Líquidas		21.577
Resultado Antes dos Impostos	-20	514.006
(-) Provisão de IR e CSLL	-	-223.480
(=) RESULTADO LIQUIDO	-	290.525
	-	-
(=) RESULTADO DO EXERCÍCIO	-20	290.525

Diretor Presidente: Sonia Gonçalves
Contador: Paulo Souza Brito de Matos - CRC 1SP301481/O-7



LABOR 2 SA

CNPJ: 52.907.970/0001-79

Demonstrações Financeiras Encerradas em 31/12/2024 (Valores em Reais)

Demonstração do resultado abrangente

	Consolidado	
	2023	2024
Lucro do exercício	(20)	290.525
Outros componentes do resultado abrangente		
Total do resultado abrangente do exercício	(20)	290.525

Diretor Presidente: Sonia Gonçalves

Contador: Paulo Souza Brito de Matos - CRC 1SP301481/O-7

LABOR 2 SA

CNPJ: 52.907.970/0001-79

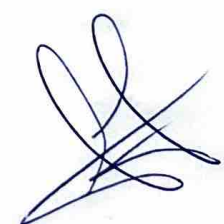
Demonstrações Financeiras Encerradas em 31/12/2024 (Valores em Reais)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital	Lucros	
	Social	Acumulados	Total
Integralização de capital	1.050.000		1.050.000
Prejuízo do exercício 31 de dezembro 2023		(20)	(20)
Lucro líquido do exercício		290.525	290.525
Em 31 de dezembro de 2023	1.050.000	290.505	1.340.505

Diretor Presidente: Sonia Gonçalves

Contador: Paulo Souza Brito de Matos - CRC 1SP301481/O-7



LABOR 2 SA

CNPJ: 52.907.970/0001-79

Demonstrações Financeiras Encerradas em 31/12/2024 (Valores em Reais)

Demonstração dos fluxos de caixa

	Consolidado	
	2023	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(20)	290.525
	(20)	290.525
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	0	(295.025)
Investimentos e Aplicações		(1.256.722)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	0	190.801
Obrigações tributárias a recolher e parceladas	0	70.412
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	0	(1.290.534)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de capital	50.000	1.000.000
Recebimento de debêntures emitidas		0
Outros ajustes		0
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	50.000	(9)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	50.000	(9)
Caixa e equivalentes de caixa incorporado de controladas		
Caixa e equivalentes no início do período	0	49.980
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	49.980	49.971

Diretor Presidente: Sonia Gonçalves

Contador: Paulo Souza Brito de Matos - CRC 1SP301481/O-7

1 Contexto operacional

A Labor 2 SA. ("Empresa") constituída em 2023 é uma sociedade anônima fechada, com sede na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1748, conjunto 1710 e 1vg, Cidade Monções, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, que tem por objeto social o fornecimento de refeições e serviços conexos, inclusive a preparação e o fornecimento de refeições em instalações de terceiros.

A Empresa atua no atendimento das necessidades de alimentação dos clientes, como soluções em restaurantes, lanchonetes, serviços de lanches, "coffee breaks", eventos, entre outros. Está presente em empresas, Públicas e Privadas, escolas, institutos, fundações e outras entidades. Em 2024, do total das receitas líquidas, 100% correspondem a operações realizadas com o setor público.

O exercício social da Empresa inicia-se em 1º de janeiro e encerra-se em 31 de dezembro de cada ano.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas nestas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas (CPC/2015). Essas demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando aplicável, e ajustadas para refletir o valor justo de determinados ativos e passivos financeiros.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com o CPC para pequenas e médias empresas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Empresa e, também, a sua moeda de apresentação.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos, de curto prazo, alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4 Ativos financeiros

2.4.1 Classificação

A Empresa classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).



- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem.

(b) Custo amortizado

Os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais, quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado. As perdas por *impairment* são apresentadas na demonstração do resultado.

2.4.2 Reconhecimento, desreconhecimento e mensuração

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas somente quando a Empresa torna-se parte das disposições contratuais do instrumento, ou seja, a data na qual a Empresa se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos contratuais de receber os fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido liquidados e a Empresa tenha transferido para outra parte substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro.

No reconhecimento inicial, a Empresa mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

2.4.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados pelo valor líquido no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os valores reconhecidos, e se houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

2.4.4 Redução do valor recuperável de ativos financeiros (*impairment*)

No final de cada período de divulgação, a Empresa avalia a existência de evidências objetivas quanto ao valor recuperável dos ativos financeiros, ou grupos de ativos financeiros, avaliados com base no custo amortizado.

Se houver, a Empresa reconhece, imediatamente, uma redução no valor recuperável no resultado (*impairment*) para um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Empresa utiliza para determinar se há evidência objetiva de uma perda por redução do valor recuperável (*impairment*), resumem-se à: (i) identificação de dificuldade financeira significativa do emissor ou devedor; e/ou (ii) quebra de contrato, como não pagamento ou inadimplência em relação ao pagamento dos juros ou do principal.



Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.5 Instrumentos financeiros derivativos

A Empresa não opera com instrumentos financeiros derivativos.

2.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. Uma provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Empresa não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.

2.7 Imposto de renda e contribuição social corrente

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem aos tributos correntes e sobre a renda. Esses tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

As alíquotas atualmente aplicáveis, tanto para o imposto de renda e contribuição social, são de 15% sobre a base presumida tributável, acrescida do adicional de 10% incidente sobre a parcela que exceder ao faturamento tributável de R\$ 60.00,00 trimestrais, e à alíquota de 9% sobre a base presumida tributável, para a contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

2.8 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - *impairment*

Os ativos não financeiros são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável.

Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment* são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

2.9 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecida ao valor da fatura correspondente.



2.10 Provisões para contingências

As provisões para contingências são reconhecidas quando:

- (i) a Empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos;
- (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação;
- (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

2.11 Outros ativos passivos circulantes e não circulantes

Os outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

Os outros passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

2.12 Reconhecimento da receita e apuração do resultado

(a) Venda de produtos e serviços

A receita operacional da venda de mercadorias no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos produtos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de produtos pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável.

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base na efetiva prestação do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras.

(b) Receita financeira

A receita de juros é reconhecida em base proporcional ao tempo, levando em consideração o principal em aberto e a taxa efetiva ao longo do período até o vencimento, quando se determina que essa receita será apropriada à Empresa.

(c) Demais receitas, custos das vendas e despesas

As demais receitas, custos das vendas e despesas também são reconhecidas pelo regime de caixa.

3 Gestão de riscos financeiros

3.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Empresa a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A gestão de riscos é realizada pela administração que analisa estes riscos e define as principais diretrizes de atuação da Empresa.

(a) Risco de mercado Risco de moeda

Decorre da possibilidade de a Empresa sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações nas taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Empresa busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. A Empresa não opera com instrumentos derivativos e não está

sujeita a riscos significativos relativos à moeda estrangeira.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito advém da possibilidade de a Empresa não realizar os saldos de contas a receber. Para mitigar esse risco, a Empresa possui política de aprovação de crédito por cliente.

(c) Risco de liquidez

É o risco da Empresa não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência do descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

3.2 Gestão de capital

Os objetivos da Empresa ao administrar seus recursos são os de garantir a existência de recursos suficientes para investimentos necessários para a continuidade do seu negócio e garantir a liquidez necessária para suas atividades comerciais.

Considerando que a manutenção de sua capacidade de liquidez é de fundamental importância, principalmente, para as atividades de produção, dos recursos necessários para garantir a sua importância operacional serão originados da sua própria geração de caixa.

4 Instrumentos financeiros por categoria

	Classificação	2023	2024
a. Ativos, conforme balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa- Caixa e bancos	(i)	49.980	49.970
Caixa e equivalentes de caixa- Aplicações financeiras	(iii)	-	1.256.723
Contas a receber de clientes	(i)	-	295.025
		<u>49.980</u>	<u>1.601.718</u>
b. Passivos, conforme balanço patrimonial			
Tributos e Contribuições	(ii)	-	70.412
Obrigações com Pessoal	(ii)	-	121.896
Provisões	(ii)	-	68.905
Patrimônio Líquido	(ii)	49.980	1.340.505
		<u>49.980</u>	<u>1.601.718</u>

(i) Ativos e Passivos mensurados por meio do resultado

(ii) Outros passivos financeiros

(iii) Títulos e valores mobiliários, classificados como caixa e equivalentes de caixa, correspondem a aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário - CDBs, remunerados a uma taxa média da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.



Labor 2 SA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Contas a receber de clientes

	<u>2023</u>	<u>2024</u>
Clientes	-	295.025
	-	<u>295.025</u>

A composição das contas a receber, por vencimento, está representada abaixo:

	<u>2023</u>	<u>2024</u>
A vencer:		
até 30 dias	-	295.025
	-	<u>295.025</u>



Labor 2 SA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Obrigações trabalhistas e previdenciárias

	<u>2023</u>	<u>2024</u>
Salários a pagar	-	78.935
Contribuições previdenciárias	-	26.191
FGTS a recolher	-	15.613
Contribuições assistenciais	-	1.157
	<u>-</u>	<u>121.896</u>

7 Obrigações tributárias a recolher

	<u>2023</u>	<u>2024</u>
IRPJ a recolher (ii)	-	26.767
CSLL a recolher	-	28.350
ISS a recolher	-	2.844
COFINS a recolher	-	9.843
PIS a recolher	-	2.133
IRRF fonte funcionários	-	24
IRRF fonte terceiros	-	110
PIS, COFINS e CSLL retidos na fonte	-	340
	<u>-</u>	<u>70.411</u>

- (i) Créditos tributários constituídos sobre provisões para contingências
- (ii) Débitos tributários constituídos sobre a receita com vendas e serviços realizados a entidades governamentais, que de acordo com a Lei 9.718/98 e IN RFB 247/02, poderão ser recolhidos pelo regime de caixa.
- (iii) Corresponde aos valores a pagar apurados sobre o resultado do exercício em que incorre. O saldo apurado em 2024 foi liquidado no início de 2025.

8 Provisões de Encargos

	<u>2023</u>	<u>2024</u>
Provisão de férias	-	39.725
Provisão de encargos de férias	-	26.672
Provisão de encargos 13 ^º	-	2.508
	<u>-</u>	<u>68.905</u>



09 Patrimônio líquido - Controladora e consolidado

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social está representado por 50.000 (24 – 1.050.000,000) quotas no valor nominal de um R\$ 1,00 cada, parcialmente a integralizar.

(b) Adiantamento para futuro aumento de capital

No exercício de 2024 a controladora da Empresa, adiantou R\$ 1.000.000 na forma de adiantamento para futuro aumento de capital, a integralizar, conforme deliberação dos sócios, passando o capital social para R\$ 1.050.000, representando, portanto, um aumento de 1.000.000 novas quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

(c) Distribuição de lucros

Conforme definido no contrato social, para a destinação do resultado, a sociedade poderá levantar balanços semestrais ou de períodos inferiores para fins de apuração e destinação do resultado do período nele compreendido, podendo eventual lucro, por deliberação dos sócios, ser distribuído ou capitalizado.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 não houve deliberação de distribuição de lucros.

(d) Lucro líquido (prejuízo) por quota do capital social


O lucro líquido (prejuízo) por quota do capital social é calculado pela divisão do lucro atribuível aos sócios quotistas da Empresa pela quantidade de quotas do capital social no final do exercício.



Labor 2 SA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2023	2024
10 Receita líquida		
Receita		
Prestação de Serviços	-	2.110.917,00
Venda de Produtos (refeições)	-	216.175
	-	
	-	2.327.092
Dedução das Vendas	-	
(-) Cofins	-	-69.605
(-) ICMS	-	-6.917
(-) Pis	-	-15.081
(-) ISS	-	-42.218
(=) LUCRO BRUTO	-	-133.821
	-	
Despesas Operacionais	-	2.193.271
(-) Pessoal	-	-1.535.503
(-) Remuneração de Terceiros	-	-154.322
(-) Despesas com Expediente	-20	-3.402
(-) Despesas Administrativas	-	-2.040
(-) Taxas e Juros	-	-540
(-) Despesas com impostos	-	-5.034
(=) LUCRO BRUTO	-	492.429
Receitas Financeiras Líquidas		21.577
Resultado Antes dos Impostos	-20	514.006
(-) Provisão de IR e CSLL	-	-223.480
(=) RESULTADO LIQUIDO	-	290.525
(=) RESULTADO DO EXERCÍCIO	-20	290.525



Contador Paulo Souza Brito de Matos
CPF: 230.889.398-23
CRC: 1SP301481/O-7

* * *